

DILMA PRIVATIZA GERAL

Beatriz Paiva é diretora do Sindicato e funcionária da CAIXA

A presidenta Dilma Rousseff anunciou recentemente a privatização de aeroportos brasileiros. Os primeiros a serem geridos pela iniciativa privada serão os de Guarulhos e Viracopos, em São Paulo, e o Aeroporto Internacional de Brasília. A lista é mais extensa e incluirá, em seguida, os aeroportos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Dilma aproveitou-se da repercussão causada pela divulgação de estudo do IPEA sobre as condições dos aeroportos brasileiros para noticiar mais uma venda do patrimônio nacional. Em seu relatório de avaliação, o IPEA assegurou que 9 dos 13 aeroportos localizados nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 não teriam suas obras de ampliação concluídas até o início do evento.

Esse clima de incertezas, criado com o atraso das obras para a Copa e as Olimpíadas de 2016, tomou conta da mídia e da opinião pública, e serviu como justificativa ideal para o anúncio da privatização do setor. Medida essa que era, há bem pouco tempo, negada por membros do governo e pelo presidente da Infraero, Antônio Gustavo Matos do Vale. Dilma, que tão logo assumiu o governo, já havia anunciado a abertura de capitais da Infraero, ou seja, o início da privatização da estatal, criada em 1972 para administrar os principais aeroportos do país, não demorou muito para também incluí-los em seu projeto privatista.

O que se sabe é que o espectro da privatização ronda a Infraero e os aeroportos, no mínimo, desde 2006, a partir do apagão aéreo, quando se tornaram rotineiros comentários sobre a "crise do setor aéreo brasileiro". O governo do PT já vinha preparando o terreno para a privatização. A receita usada não é nova e se mostra praticamente infalível: precarizar os serviços prestados pelo governo,

gerando profunda insatisfação aos usuários, para apresentar, por fim, a privatização como saída para os problemas criados pela "ineficiência do Estado".

O que falta ao setor aéreo brasileiro, na verdade, é investimento para atender à crescente demanda pelos serviços dos aeroportos. A maioria dos aeroportos opera no limite da sua capacidade e muitos chegam a superá-la. Sem investimentos que acompanhem o crescimento da demanda, o resultado é sobrecarga, desconforto, atrasos, caos. Dos cerca de R\$ 660 milhões previstos no orçamento deste ano para obras de ampliação dos cinco primeiros aeroportos que serão privatizados, apenas pouco mais de 1% foi utilizado.

Captar investimentos necessários às obras e modernização do setor é o que alega o governo para defender a privatização, embora seja difícil para o brasileiro acreditar que falte dinheiro ao Estado. O pagamento em dia das dívidas externa e interna; os constantes recordes de superávit primário (economia para garantir o pagamento das dívidas); os milhões desviados nos esquemas de corrupção; os 62% de reajuste dos parlamentares e os próprios investimentos, através do BNDES, para a realização da Copa e das Olimpíadas, não nos deixam dúvidas de que dinheiro não falta. No entanto, Dilma prefere conceder aos empresários nacionais e estrangeiros a exploração dessa rentável fonte que é a aviação,

demonstrando com quem está de fato comprometida. Somente em março deste ano o mercado doméstico cresceu 25,48% e os voos internacionais, 29,58%, na comparação com março de 2010.

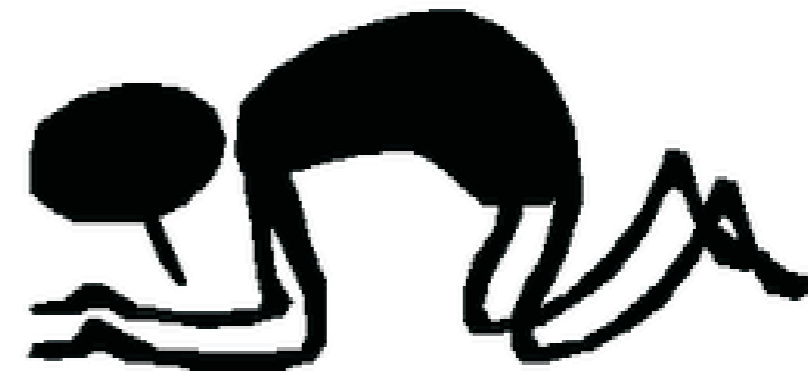
Optando pela privatização, o governo abre mão de permanecer em um setor que está em franca expansão. A privatização de aeroportos e a abertura de capital da Infraero estão inseridas na longa lista de patrimônio público entregue à iniciativa privada. Política que teve início no governo Collor, com o Programa Nacional de Desestatização (PND), conheceu seu ápice no governo FHC e teve continuidade no governo Lula. O PT, que um dia foi contra, ao assumir o governo seguiu adiante com a política de privatização da era FHC. Lula tratou de vender o que restou das rodovias federais públicas, apoiou a privatização dos bancos estaduais, como o do Ceará e Maranhão, apostou firme na privatização "branca" da Caixa e do BB, através do fortalecimento dos correspondentes bancários, e desmontou a Empresa Brasileira de Correios.

Hoje, nós pagamos uma das tarifas telefônicas mais caras do mundo, a rentabilidade das rodovias privatizadas é tão alta que está sendo questionada pelo TCU, e a Vale, vendida por subestimados R\$ 3,3 bi, lucrou, somente no primeiro trimestre de 2011, R\$ 11, 291 bi. Lucratividade que não pertence mais ao povo brasileiro. O que restará para chamar de nosso?



CUT ARREIA SOB ORDEM DE DILMA

Presidenta Dilma Rousseff pede a trabalhadores para reivindicarem reajustes mais comedidos e presidente da CUT, Arthur Henrique, diz que pode fazer esse esforço



Quem se curva aos poderosos mostra a bunda aos oprimidos. A frase emblemática do jornalista Millôr Fernandes diz tudo sobre o grave momento dos trabalhadores do país. Reportagem publicada no jornal carioca O Globo mostra que a equipe econômica do governo Dilma vem tentando convencer os trabalhadores a pedirem um reajuste salarial mais comedido para não aumentar a inflação.

A velha ladainha de transferir a inflação para o bolso do

trabalhador é conhecida e não causa mais espanto. O objetivo do governo Dilma é limitar os reajustes até 4,5% como política para conter a inflação.

O problema é o representante do lado mais fraco admitir a possibilidade. Pois foi o que aconteceu. Na mesma reportagem, o jornal entrevista o presidente da Central Única dos Trabalhadores, Arthur Henrique, que sai com a seguinte pérola: "Ainda não pensei nesse assunto. Mas poderia fazer esse esforço nas

negociações salariais - afirmou o presidente da CUT, central historicamente ligada ao PT.

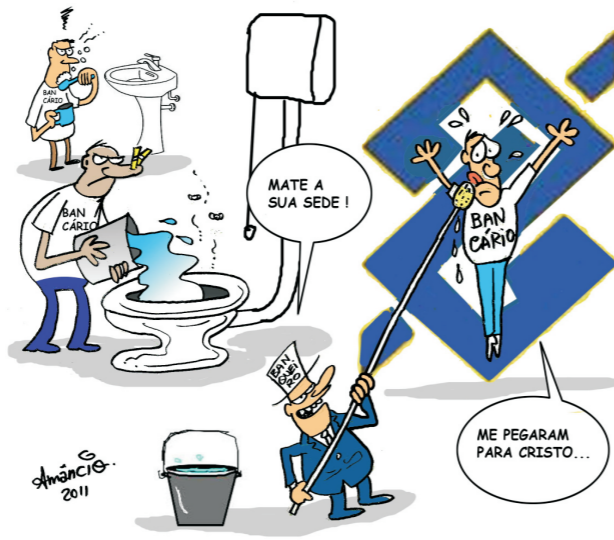
Só o aceno da CUT em apoiar uma decisão pelega desse tipo já é uma constatação de que vem mais traição por aí na campanha salarial deste ano. Os bancários do país - que hoje são mais de 470 mil funcionários - precisam dar uma resposta rápida antes que a CUT, a Central do governo Dilma, jogue mais uma vez os trabalhadores na lama.

EDITORIAL

Já deixou de ser surpresa o caos administrativo da prefeitura de Natal. No entanto, um fato novo surge em alguma área vital do município. Mícarla de Sousa está mais perdida que cedo em troteio. E nem os próprios auxiliares têm a coragem de defendê-la. O caso mais recente da demissão do secretário municipal de Saúde, Thiago Trindade, é também emblemático. O Ministério Público Estadual decidiu investigar o contrato no valor de R\$ 8 milhões que terceirizava o combate à dengue em Natal. Convocada pelo MP, a prefeita jogou a culpa no secretário, cancelou o contrato e viu o auxiliar pedir para sair. A atual administração é considerada uma das piores já realizadas na capital potiguar. O povo padece doente e entregue às moscas. O Partido Verde se expôs de forma vergonhosa aos natalenses. Cabe à população se mobilizar para exigir a renúncia da prefeita. Se tal fato não ocorrer, a contagem regressiva para o fim do mandato de Mícarla é o que resta aos natalenses.

HUMOR

FALTA DE ÁGUA NO BB LAGOA NOVA



trincheira LEGAL

Ausências Remuneradas

Uma dúvida comum entre os bancários diz respeito à oportunidade que o trabalhador dispõe de se ausentar do trabalho sem sofrer desconto em sua remuneração. A CLT garante aos trabalhadores ausências remuneradas, ou seja, o direito de se afastar sem prejuízo do salário, conforme o contido no art. 473, do Texto Consolidado. Vejamos:

“Art. 473 – O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário.

I – até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica;

II – até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;

III – por 1 (um) dia, em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana;

** Nos termos do art. 10, §1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), referido prazo passou para 5 dias, até que seja disciplinado o art. 7º, XIX, da Constituição Federal.

IV – por 1 (um) dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;

V – até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva;

** Caput e incisos I a V com redação determinada pelo Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967.

VI – no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra c do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar).

** Inciso VI acrescentado pelo Decreto-lei nº 757, de 12 de agosto de 1969.

VII – nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

** Inciso VII acrescentado pela Lei nº 9471, de 14 de julho de 1997.

VIII – pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo. (Acrescentado pela Lei nº 9.853, de 27-10-99, DOU 28-10-99)

** Inciso VIII acrescentado pela Lei nº 9853, de 27 de outubro de 1999.

IX – pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro. (Acrescentado pela Lei nº 11.304, de 11.05.2006, DOU 12.05.2006)

** Inciso IX acrescentado pela lei nº 11304, de 11 de maio de 2006.

Além desses casos, as convenções e acordos coletivos podem dispor sobre o assunto. Assim, além do amparo legal, outras ausências deverão ser remuneradas se estiverem respaldadas em cláusulas normativas de Convenção Coletiva de Trabalho, as quais prevalecem sobre as legais. Por isso, é importante que o bancário conheça o Acordo assinado anualmente entre o Banco e o Sindicato para saber se as condições ajustadas são mais vantajosas do que as constantes na CLT.

Benedito Oderley Rezende Santiago é advogado

VERMELHO DESBOTADO

Francisco Ribeiro é diretor do Sindicato e funcionário do BNB

A Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB/Contraf-Cut), coordenada pelo Sr. Tomaz de Aquino, numa desfaçatez de iludir e afundar cada vez mais os trabalhadores, enviou um comunicado aos sindicatos das cidades onde há agências do BNB, orientando os funcionários a usarem alguma peça vermelha no vestuário e o retardamento da abertura do expediente em duas horas no dia 27 de abril de 2011. Ocorre que, como de praxe, a comunicação não foi feita com antecedência necessária para a mobilização e organização do ato pelos bancários.

O diretor do Sindicato dos Bancários do RN, Francisco Ribeiro, o Chicão, indignado com a atitude da CNFBNB, questionou a entidade por entender que:

1º) Um ato, para ser feito com seriedade, precisa de organização, mobilização e de comunicação. O contrário, intitulado como ‘política do corpo mole’, só faz prejudicar e tornar o

protesto um fracasso, prática comum dos pelegos.

2º) A CNFBNB/CUT não nos tolera porque nossa combatividade incomoda aos dirigentes atrelados ao Banco e ao Governo. Diferentemente dos cutistas, não negociamos acordos rebaixados, não fazemos greve de faz-de-conta e lutamos pela reposição das perdas salariais.

3º) Enquanto no RN não há nenhum diretor liberado, o que prejudica o trabalho junto aos bancários do BNB, no Ceará o Banco liberou cinco diretores. Essa é uma prova contundente de perseguição aos que se opõem aos ataques desferidos pelo BNB.

4º) Antes de ser diretor do Sindicato, sou funcionário do BNB. Então, não cabe à CNFBNB questionar o meu posicionamento em correspondência assinada por mim discordando da assinatura do ACT 2010/2011.

Falta material na CAIXA

Os empregados da Extensão de Recuperação de Ativos sofrem com a falta de material na Caixa.

Há quase um mês a Unidade não recebe copos descartáveis para água. Um descaso absoluto com os funcionários, já que não se trata de nenhuma medida da Caixa para substituir o uso desse tipo de material. Além de copos, por muito tempo também

faltaram envelopes e até canetas. Os empregados do setor estão indignados com essa situação e exigem uma explicação da Caixa. “Garantimos o lucro da empresa com o nosso suor e esforço, e a Caixa não oferece o mínimo de condições de trabalho”, desabafa uma funcionária.

Pegadinhas da língua portuguesa

ANEXO, EM ANEXO

Apalavra **anexo** pode ser:

I - Adjetivo no sentido de **junto, ligado, contíguo, apenso, unido**. Exemplos:

.O documento **anexo** deve ser assinado por todos os diretores do Sindicato.

.Segue **anexo** à carta a relação dos bancários aprovados no concurso.

.Enviamos-lhe **anexas** as cópias dos cheques fraudados.

.Seguem **anexos** os comprovantes de pagamento.

Observações:

1. **Anexo** não é advérbio e sim adjetivo. Por isso, deve variar em gênero e número, concordando com o substantivo a que se refere.

2. Convém não usar **anexo** em vez de **anexado**, participio do verbo **anexar**. Ex.: A secretária tinha **anexado** o recibo aos documentos.

3. **Anexo** rege a preposição **a**, e não **“de”**. Ex.: “A festa será no prédio **anexo** à escola.”

II – Substantivo significando 1. “aquilo que é ligado a uma coisa principal; dependência; qualquer coisa que se junte a uma parte principal”: o **anexo** ao senado; os **anexos** a uma obra literária. (Sacconi). 2. “Aquilo que se anexou”. (Houaiss). 3. “Aquilo que está ligado como acessório”. (Aurélio)

Em anexo é locução adverbial, invariável, isto é, não tem

feminino, masculino, singular ou plural. Equivale a **anexamente**.

Exemplos:

.Enviamos os documentos **em anexo**.

.Seguem, **em anexo**, as cartas.

.**Em anexo**, encaminho os ofícios solicitados.

Observações:

1. Na ordem direta, **em anexo** deve ficar no fim da oração. Se a locução estiver deslocada, deve ser separada por vírgula. Ex.: Seguem as cartas **em anexo**. Seguem, **em anexo**, as cartas. **Em anexo**, seguem as cartas.

2. Apesar de rejeitada por muitos autores, a expressão **em anexo** é acolhida por Pasquale, Bechara, Cláudio Moreno, Dad Squarisi, Sérgio Nogueira e outros linguistas de respeito. Sérgio Nogueira, mesmo aceitando a locução, faz a seguinte observação: *Em textos formais, em que se exija a língua padrão culta, preferimos usar a forma ANEXO em vez de “em anexo”*.

3. O que vale para **anexo** também vale para **apenso**. Ex.: Seguem, **em anexo (em apenso)**, os textos.

4. Na frase “Segue **anexo** as fotos” há dois erros: um de concordância verbal e outro de concordância nominal. O sujeito é **as fotos**. Portanto, a frase correta só pode ser esta: **Seguem anexas as fotos**.

5. Na frase “O recibo vai **em anexo**” (“O recibo vai **num anexo**”), **anexo** é substantivo, regido pela preposição **em**; a expressão **em anexo** funciona como adjunto adverbial de lugar, respondendo à pergunta: “O recibo vai **onde**?”



FECHOU GERAL

Após demissões, Sindicato do RN fecha três agências do Itaú e promete mais protestos

O Sindicato do RN perdeu a paciência com a vergonhosa atitude desumana do banco Itaú e iniciou uma série de protestos nas agências da Empresa em Natal.

Na tsunami de demissões que pegou os bancários de todo o país de surpresa, sete funcionários no Rio Grande do Norte foram parar no olho da rua sem qualquer explicação.

Em resposta direta ao desrespeito do Banco, o Sindicato já fechou três agências na capital potiguar e promete intensificar as manifestações caso o Itaú prossiga com a campanha sórdida de reduzir o quadro de bancários, ao mesmo tempo em que aumenta a exploração e o lucro.

Para o diretor do Sindicato e funcionário do Itaú, Wellington Medeiros, o trabalhador não pode pagar pela ganância dos patrões. "O Itaú simplesmente obteve o maior lucro líquido de um banco no Brasil. E isso à custa do bancário. Demitir agora é um desrespeito que não pode ficar sem resposta. O Sindicato já acionou a Justiça para reparar os danos aos funcionários e vai continuar defendendo o bancário dessas humilhações", afirmou o sindicalista.



Diretor Marcelo Tinôco critica lucro recorde obtido pelo Banco graças aos bancários



Aposentado prestou solidariedade ao ato



Diretoria não arredou pé das agências



Manifestação fechou três agências



Bancários não trabalharam em protesto

BASE APROVA contas do Sindicato por UNANIMIDADE



Os bancários do RN aprovaram por unanimidade a prestação de contas relativa ao exercício de 2010 apresentada pela diretoria do Sindicato. A aprovação ocorreu durante assembleia geral da categoria realizada dia 28 de abril deste ano, na sede administrativa do Sindicato, em

Petrópolis. Na ocasião, representantes do escritório de contabilidade Ruy Cadete mostraram os números da receita e dos gastos feitos pelo Sindicato durante o ano passado. Como acontece todos os anos, nos meses de campanha salarial as despesas são maiores em razão da greve e outros atos. O diretor

financeiro do Sindicato, Eduardo Xavier, lembrou a importância da prestação de contas. "Nossa gestão sempre teve essa preocupação de dar transparência às contas do Sindicato. É importante que o bancário saiba até para acompanhar como o dinheiro dele está sendo investido", afirmou.

Bancários do BB aprovam CCP

Os funcionários do Banco do Brasil, convocados para assembleia específica, dia 12 de maio deste ano, aprovaram a assinatura do acordo para instalação da Comissão de Conciliação Prévia.

A votação foi acirrada e a CCP acabou aprovada por dez votos contra seis. A comissão é um instrumento utilizado pelo Banco para negociar demandas jurídicas com o trabalhador antes da ação chegar à Justiça.

O Sindicato reiterou durante a assembleia, no entanto, que é contrário a esse mecanismo por entender que o Banco, num acordo com o trabalhador, vai sempre oferecer menos do que o funcionário tem por direito.

